



PODER

Paulo Gonet ajuiza ação contra esse tipo de transferência direta dos parlamentares para prefeitos e governos estaduais. Avaliação do procurador-geral é de que a operação não tem “transparência, publicidade e rastreabilidade”

PGR aciona Supremo contra “emendas Pix”

» EVANDRO ÉBOLI

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a inconstitucionalidade das chamadas “emendas Pix”, aquelas que os parlamentares destinam diretamente para os cofres das prefeituras e dos governos dos estados sem apresentação de projeto, sem fiscalização nem controle de execução e aplicação do recurso.

Gonet entende que esse tipo de repasse gera “perda de transparência, de publicidade e de rastreabilidade” as verbas públicas destinadas pelo Orçamento da União. O procurador pede ao STF a imediata suspensão dos dispositivos legais que autorizam e permitem as emendas Pix.

Na ação, o PGR argumenta que essa sistemática reduz o papel do Poder Executivo na operacionalização do Orçamento e representa a entrega do recurso a outro ente da Federação de modo direto, sem possibilidade de fiscalização do uso dos valores. “A quantia simplesmente passa a pertencer ao ente político beneficiado pelo ato da singela transferência”, diz a ação.

Esse tipo de emenda é alvo de contestação numa ação apresentada no STF pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), e o ministro Flávio Dino já decidiu que esse mecanismo de repasse deve seguir critérios de publicidade, transparência e rastreamento.

No entanto, Gonet argumenta ainda haver dúvida se a Abraji tem legitimidade para ajuizar a ação. Isso porque, entende o Ministério Público, o objetivo da associação não tem relação temática com o assunto questionado.

Histórico

O procurador faz um histórico da instituição das emendas parlamentares: a restrição do papel de sua distribuição ao relator-geral do Orçamento; depois a criação das emendas impositivas — de liberação obrigatória da verba aos parlamentares —; o direito de as comissões temáticas da Câmara terem acesso a esses recursos; o orçamento secreto, vetado pelo STF; e, finalmente, as emendas Pix.

Antonio Augusto/Secom/MPF



Paulo Gonet argumenta que esse mecanismo reduz o papel do Poder Executivo na operacionalização do Orçamento

» Bilhões distribuídos

A ação citou dados apresentados pela Associação Contas Abertas, Transparência Brasil e Transparência Internacional que indicam que, em 2022, os parlamentares distribuíram R\$ 3,32 bilhões por meio dessas emendas. Em 2023, o número duplicou e atingiu R\$ 6,75 bilhões. Ainda segundo as entidades, 80% das emendas Pix distribuídas em 2023 não especificam quem foi o destinatário. Neste ano, o governo autorizou o pagamento de R\$ 7,7 bilhões em emendas Pix, dos quais R\$ 4,25 bilhões foram transferidos antes das disputas municipais, driblando a Lei eleitoral. O restante poderá ser pago até o fim do ano. O Supremo não interrompeu as transferências, mas determinou total transparência e ainda obrigou as prefeituras a informarem onde vão gastar o dinheiro, o que hoje não acontece.

“A emenda RP-9 (nome técnico do orçamento secreto) consistia no uso desvirtuado das emendas do relator-geral do Orçamento. O STF determinou a todas as unidades orçamentárias e órgãos que haviam procedido a empenho, liquidação e pagamento de despesas sob o indicador RP-9 que, em 90 dias, publicassem os dados referentes a serviços, obras e compras realizadas com verbas públicas, identificando os respectivos solicitadores e beneficiários, de modo acessível, claro e fidedigno”, registrou Gonet. O procedimento, porém, não foi atendido. O Congresso não informou todos os autores dessas emendas e para onde foram destinadas.

Para Gonet, o Orçamento público é instrumento de atuação transparente e responsável, que possibilita ao poder público executar as despesas e os investimentos de forma eficiente e planejada. “É meio imprescindível para a concretização de programas nacionais, regionais e setoriais, direcionados ao desenvolvimento econômico e à redução de

desigualdades sociais”, enfatiza.

Diz ainda o procurador que, quando na Constituição foi estabelecida limitação ao poder da emenda parlamentar, estava se seguindo exemplo que incide em outros países. E que essa tarefa, de atender às demandas e necessidades da população, é protagonismo da União.

“Era um reconhecimento do protagonismo do Executivo na formulação de estratégias de atendimento ao interesse público, mercê da sua posição de proximidade das necessidades a serem enfrentadas, favorecida pela sua estrutura tentacular, e dada a garantia da sua submissão às cautelas dos mecanismos de controle democrático”, escreve Gonet. “Não é demais reconhecer que recai especialmente sobre o Executivo a expectativa popular de satisfação pelos poderes públicos das demandas sociais mais ingentes. Cabe ressaltar que, sob o regime democrático de 1988, também o Executivo obtém legitimidade política direta no voto popular.”

Caminho para livrar Bolsonaro

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro vai usar o resultado do julgamento do Tribunal de Contas da União (TCU), de ontem, para tentar anular investigação sobre o caso das joias presenteadas pela Arábia Saudita. O advogado Paulo da Cunha Bueno, que defende o ex-chefe do Executivo, afirmou que a decisão da Corte de contas, desobrigando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de devolver um relógio Cartier, servirá como argumento. “É uma decisão acertada, vamos usar, sim, (na defesa de Bolsonaro no caso das joias). Não há legislação específica, e o TCU estava legislando, como bem pontuou o ministro Jorge Oliveira”, disse Bueno.

No julgamento, a maioria dos ministros considerou que, por não haver legislação sobre o tema, presentes dados aos presidentes da República em caráter personalíssimo não precisam ser recolhidos ao acervo do governo.

A decisão foi em processo que pedia a devolução de um relógio avaliado em R\$ 60 mil que Lula havia ganhado de presente. A partir do novo entendimento, Bolsonaro também poderá pedir que sejam devolvidas as joias que ele recebeu do regime da Arábia Saudita.

O voto que desobrigou Lula de devolver o Cartier é de autoria do ministro Jorge Oliveira, indicado para o posto por Bolsonaro. Oito magistrados votaram na sessão. A tese foi acompanhada por Jhonatan de Jesus, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo.

Houve ainda dois votos divergentes. O relator, Antonio Anastasia, seguiu a área técnica do tribunal e entendeu que Lula não precisaria devolver o relógio de luxo, pois o bem foi recebido em 2005 e, caso fosse determinada a devolução, poderia causar “insegurança jurídica”. Ele foi seguido pelo ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

Já o ministro Walton Alencar votou para que Lula devolvesse o Cartier e quaisquer outros eventuais bens luxuosos, mas ficou sozinho no tribunal.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

O imponderável da política externa para Lula

Tudo indica que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai empurrar com a barriga uma definição sobre reconhecer ou não a vitória da oposição ao governo de Nicolás Maduro. No limite, tem até o fim do atual mandato do ditador venezuelano, que vai até março de 2025, para tomar uma decisão. É uma eternidade para a oposição, liderada por María Corina e Edmundo González, que sofrem forte perseguição policial e jurídica. Ambos estão na clandestinidade.

Tarek William Saab, procurador-geral da Venezuela, abriu investigação criminal contra os dois opositores por seis delitos, incluindo instigação à insurreição. O Tribunal Supremo de Justiça intimou Edmundo a comparecer, ontem, ante a Corte, depois de se proclamar presidente eleito. Brasil, Colômbia e México mantêm a posição de não reconhecer ninguém enquanto as atas das mesas de votação não forem divulgadas.

Lula se meteu numa enrascada política ao se posicionar de forma “neutra” em

relação à eleição fraudulenta de Maduro. O distanciamento diplomático em relação ao aliado chavista não basta aos olhos da opinião pública brasileira, que exige um posicionamento mais afirmativo de Lula, tendo a democracia como divisor de águas na relação com a Venezuela.

A aproximação ideológica com Maduro também complica a vida dos candidatos do PT nas eleições municipais. São questionados pelos adversários, porque a legenda reconheceu oficialmente a reeleição do presidente venezuelano, tão logo se autoproclamou vitorioso. Nos debates, os petistas estão se enrolando para responder se apoiam ou não a ditadura de Maduro, como aconteceu com Maria do Rosário, que concorre à Prefeitura de Porto Alegre.

A questão da Venezuela também é um complicador para Lula na relação do Brasil com os Estados Unidos, porque a posição do presidente Joe Biden, com quem o chefe de Estado brasileiro tem conversado, foi reconhecer a eleição de

Edmundo González. Biden desistiu da reeleição e passou a tarefa de enfrentar o ex-presidente Donald Trump para a vice Kamala Harris, cuja posição em relação à situação venezuelana é ainda mais dura.

Mais dura ainda é a posição de Donald Trump, que durante seu governo chegou a propor uma intervenção militar na Venezuela, ao presidente Jair Bolsonaro, mas os militares brasileiros não entraram nessa fria. Num contexto eleitoral como o norte-americano, a tendência é Joe Biden aumentar as sanções contra Venezuela e pressionar todos os aliados a fazerem o mesmo. A política externa sempre é uma agenda prioritária nas campanhas presidenciais dos EUA.

Ameaças de recessão

Esse fator político não é a única variável imponderável para Lula em relação aos Estados Unidos. Existe também a questão econômica. Na segunda-feira,

um relatório sobre a queda do nível de emprego em julho gerou um sentimento de risco generalizado nos mercados, porque os números sinalizam a possibilidades de recessão na economia norte-americana.

Foi o bastante para o Banco Central (BC) brasileiro sinalizar que pode aumentar a taxa de juros, se for preciso. “Concluiu-se unanimemente pela necessidade de uma política monetária ainda mais cautelosa e de acompanhamento diligente do desenrolar do cenário”, destacou a ata do Copom.

O BC avalia que é provável uma alta da inflação, porque os preços estão sendo pressionados. O nível de emprego e a produção industrial mostram uma economia aquecida, mas o problema fiscal continua na ordem do dia. O aumento dos gastos públicos e a ameaça de ultrapassagem do arcabouço fiscal geram incertezas sobre o futuro da economia, ainda mais diante da situação dos Estados Unidos. E o governo não consegue

cutar os gastos na escala necessária.

Juntando os dois aspectos, a questão eleitoral e o problema da economia nos Estados Unidos, pode ser que o campo de manobra de Lula fique muito mais complexo. O que antes poderia ser uma estratégia para reconhecer a reeleição de Maduro, a divulgação das atas e a posição da Justiça venezuelana, virou uma armadilha da qual Lula não tem como sair, a não ser não reconhecendo a reeleição.

A manobra para ganhar tempo, esperando o fim do mandato de Maduro, pode apenas servir para aumentar o desgaste, porque os fatos na Venezuela e o embate eleitoral nos Estados Unidos são variáveis não controladas por Lula. Tudo isso ocorre num cenário interno de eleições municipais, nas quais os candidatos do presidente Lula não estão tendo vida fácil. Uma derrota eleitoral do PT no plano local tende a complicar a situação no Congresso, em razão das insatisfações de candidatos derrotados.